



43

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2012

A água na cidade de Coimbra durante a Idade Média

MARIA TERESA NOBRE VELOSO

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura

mtnveloso@fl.uc.pt

Resumo:

Dos quatro elementos da natureza herdados do mundo antigo, nenhum possui uma carga simbólica tão intensa como a água. Ela é origem da vida e permite a sobrevivência. Porém, quando em excesso, é elemento de destruição e morte; mas é também através dela que o mundo pode regenerar-se, quer material, quer simbolicamente. A água pode ainda ser fonte de saúde, de juventude e de pureza.

Neste artigo apresentaremos a luta que as autoridades de Coimbra, quer religiosas, quer civis, travaram para se apropriarem da água. Além disso, poderemos entender a relação, simultaneamente íntima e conflituosa, que a cidade manteve com o seu rio.

Palavras chave:

Água; Coimbra; Abastecimento de água; Sé de Coimbra; Mosteiro de Santa Cruz.

Abstract:

None of the four elements of nature inherited from the ancient world has such a symbolic intensity as water. Water is the origin of life and secures survival. However, when in excess, it is an element of destruction and death; but it is also through water that the world can regenerate, either materially or symbolically. Water can also be a source of health, youth and purity.

In this article we will present the conflicts between the authorities of Coimbra, religious or civil, about appropriating water. In addition, we may understand the relationship, both intimate and confrontational, the city kept with its river.

Keywords:

Water; Coimbra; Water supply; Cathedral of Coimbra; Monastery of Santa Cruz.

Era de mjl III.^{os} LXIX annos foy em Coimbra a mayor chea que nunca foy depois do diluujo de Noe e quebrou quatro piares da ponte e derribou mujntas casas¹

Introdução

Durante a Idade Média, a supremacia do cristianismo ajudou a consolidar e a valorizar a água, não só no que respeita à sua imprescindibilidade material, mas principalmente no que ela representa do ponto de vista simbólico. Grande parte das imagens que chegaram até nós, provêm da tradição bíblica. O texto sagrado que regulou a vida humana naquela época, ensinou, através de exemplos de grande beleza poética, a identificar o Homem com a água: ela é origem de vida e permite a sobrevivência (*fons vitae*); símbolo de regeneração (baptismo); saúde (fonte santa), pureza e juventude perene. O curso das águas identifica-se com o fluir da vida... E quando a morte chega, inexorável, a água acompanha o defunto até à sepultura através da aspersão².

Além da Bíblia, a importância dada à água manifesta-se igualmente noutro texto muito popular na Idade Média – o *Guia do Peregrino*. Aqui se anota cuidadosamente o nome dos rios bons e maus para a saúde do caminhante³; aqui se dá informação sobre aquele curso de água onde, antes de chegar à cidade do Apóstolo da Galiza, se apagavam todas as fraquezas humanas quando nele

¹ “Livro das Lembranças de Santa Cruz” in *Anais, Crônicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Municipal, 1968, p. 96.

² Cfr. O eruditíssimo artigo de F. Cabrol, “Eau. Usage de l’eau dans la liturgie” in *Dictionnaire d’Archéologie Chrétienne et de liturgie*, publié sous la direction du R.^{mc} dom Fernand Cabrol et du R. P. dom Henri Leclercq tome quatrième, deuxième partie, Paris, Librairie Letouzey et Anè, 1921, col. 1680-1690, especialmente 1685-1689. Ver também W. Corswant, *Dictionnaire d’Archéologie Biblique*, Paris, Delachaux et Niestlé, 1956, p. 119; Maurice Cocagnac, *Los símbolos bíblicos. Léxico teológico*, Bilbao, Desclée de Brouwer, 1994, p. 53-65 e P.^c Luís Manuel Pereira da Silva, “A água na liturgia”, in *Fons Vitae*. Catálogo da Exposição do Pavilhão da Santa Sé na Expo 98, Lisboa, 1998, p. 92-93. O culto das águas nas religiões pagãs, sacralizado pelo cristianismo, está hoje documentado de norte a sul do país nos topónimos *Fonte Santa*, cfr. J. Leite de Vasconcelos, “O deus Bracarense Pongoenabiagus” (contribuição para o conhecimento das religiões antigas da Lusitânia) in *Revista Lusitana*, III (1895), p. 307-315 e, especialmente, em relação à Fonte do Ídolo citada nos documentos medievais, p. 309-310. Ver ainda, do mesmo Autor, “Museu ethnographico Português” in *Revista Lusitana*, III (1895), p. 234. Sobre o significado da expressão *Fons Vitae*, cfr. Jer. 2,13.

³ *Guia Medieval do peregrino. Códice Calixtino*, Libro V. Estudio, edición e traducción X. Eduardo López Pereira, 2.^a ed., Salamanca, Ediciones Xerais de Galicia, 1994, p. 83-85. O *Guia*, como sobejamente é conhecido, data do século XII.

se banhavam os peregrinos antes de abraçar S. Tiago⁴. É ainda neste *Guia* que se descreve, com minúcia, a notável fonte da rua de Azabachería cuja água abundante, “doce, nutritiva, sã, límpida, magnífica, tépida no Inverno e fresca no Verão”, servia de refrigério aos peregrinos sedentos⁵.

No geral, em relação à água, avultam as nascentes cujo protagonismo resultará por brotarem de forma inexplicável. Elas simbolizam o próprio Deus – “fonte de águas vivas”⁶. Daí as propriedades que lhes são atribuídas: curar os Homens enfermos – são as Águas Santas ou Fontes Santas⁷.

Uma das virtudes atribuídas à água, em especial à das fontes, é a capacidade de regenerar não só a terra sedenta, mas também os Homens atingidos por males físicos e morais. Por isso aquelas são consideradas mágicas, são lugares onde se poderá recuperar, além da saúde, a energia vital⁸.

Esta concepção subsiste ainda no nosso país no início do século XX e anda associada a S. João Baptista. Segundo a tradição popular, na noite da

⁴ Trata-se do actual Lavacolla onde outrora os peregrinos se banhavam ao aproximar-se da cidade. Tal costume, para além dos fins higiénicos, representava um ritual de purificação. *Guia Medieval do peregrino*, p. 84. O rio de Lavacolla, no original do *Guia, Lavamentula* ou *Lava Colla*, como outrora era também conhecido, parece derivar o seu nome de um jogo de palavras escabrosas. Cfr. A. Lopez Ferreiro, *História de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, t. V, Imp. y Enc. del Seminário Conciliar Central, 1902, p. 92. Ver também Jeanne Vielliard, *Le Guide du Pèlerin de Saint Jacques de Compostelle*, Macon, Protat Frère Imprimeurs, MCMXXXVII, p. 17.

⁵ A fonte foi mandada executar, a 11 de Abril de 1122, por D. Bernardo tesoureiro da Igreja de Santiago e chanceler de Afonso VII. *Guia Medieval do peregrino*, p. 129.

⁶ Jer. 2,13.

⁷ Os diplomas medievos referem-se às fontes com grande cuidado fornecendo o nome pelo qual eram conhecidos. No *Livro Preto* da Sé de Coimbra são mencionadas as seguintes: *Fontanum Pennosum*, Fontainhas, Fonte Calada, Fonte Coberta, Fonte do Ouro e Fontela. A estas acrescenta-se ainda, com idêntico significado, o hidrónimo árabe *Alphavara*. A partilha da água das nascentes e a sua manutenção e limpeza eram cuidadosamente regulamentadas, com minúcia, na legislação. Os Foros de Castelo Bom (1188-1230) estabelecem: “*Tota fonte que nace inter qudruelas et fuerit de regar quomodo partem la hereditate partan el aqua (...) et illos qui non venerint ad calze cavar vel fonte mondar non habeat ibi partem*”. *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum jussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita – Leges et Consuetudines*, Olisipone, Typis Academicis, 1856-1861, I, p. 763. Sobre o valioso contributo da hidronímia, em particular das fontes, para entendermos a progressão do povoamento do território e acerca do significado dos nomes que áquelas foram atribuídos, cfr. J. M. Piel, “As águas na toponímia galeco-portuguesa” in *Boletim de Filologia*, Tomo VIII, fas. 4, Lisboa (1947), p. 323-326.

⁸ María Luisa Bueno Domínguez, *Milagros y prodígios medievales. Una frontera indeterminada*, Zamora, Semuret, 2003, p. 55-57.

festa do Santo (24 de Junho) deviam visitar-se sete fontes à meia noite e nelas lavarem-se os olhos com o fim de os preservar de qualquer acidente⁹.

Ao longo deste artigo iremos apresentar a luta travada pelas autoridades de Coimbra, não só para dominarem a posse da água, mas também para se apropriarem dos terrenos que podiam ser mais facilmente irrigados bem como dos meios técnicos que foram desde cedo utilizados para dela tirar o melhor proveito.

Além disso, iremos descobrir e entender a relação, a um tempo íntima e conflituosa, que a cidade manteve com o rio que ora fertilizava os campos, ora os destruía impiedosamente.

1. A relação da cidade de Coimbra com a água é muito íntima. No geral, conhecemo-la de modo idílico, visto que, tem sido amplamente cantada ao longo dos séculos pelos poetas. No entanto, por vezes, a relação subverte-se e a água disputa à cidade os espaços que outrora foram seus.

A omnipresença da água em Coimbra manifesta-se nos documentos sob duas formas: através dos diplomas que, pelo menos desde o século XI, patenteiam a conquista e alargamento dos espaços onde o precioso líquido é abundante e mais acessível às inúmeras actividades humanas, e da hidronímia cujo estudo deixa perceber os profundos traços que a água imprimiu na cidade.

Depois de seis meses de assédio, Fernando Magno reconquistou definitivamente Coimbra, a 9 de Julho de 1064, com a preciosa colaboração de Sesnando David a quem nomeia governador. Este, por sua vez, escolhe para bispo D. Paterno que anteriormente fora prelado em Tortosa e a quem se deve a fundação, ou pelo menos, a reorganização do Cabido e a criação da escola episcopal¹⁰. A Igreja de Santa Maria passa, a partir deste momento, a ser um dos mais notáveis protagonistas na tarefa de alargamento do acanhado espaço

⁹ J. Maria Adrião, “Tradições populares do Cadaval” in *Revista Lusitana* VI (1900-1901), p. 97-129. No concelho do Cadaval (e limítrofes), por exemplo, era costume os doentes atacados por reumatismo irem tomar três banhos (um em cada dia: anterior, seguinte e no dia da festa) às fontes termais das Caldas dos Cucos (c. Torres Vedras) pois acreditavam que aqueles produziam o mesmo efeito que muitos outros tomados noutra época do ano. Mas é no Romanceiro popular Português que encontramos patentes as mais ingénuas, e por isso mais encantadoras, tradições: “Manhaninha de S. João. / Pela manhan de alvorada, / Jesus-Christo se passeia / Ao redor da fonte clara; / Por sua boca dizia, / Por sua boca fallava: / Esta agua fica benta, / E a fonte fica sagrada / (...).

¹⁰ *Livro Preto*. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição crítica. Texto integral. Director e Coordenador Editorial Manuel Augusto Rodrigues. Director Científico Cónego Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999. *L. P.*, doc. 16.

urbano fomentando a actividade económica e conquistando para a agricultura e para o povoamento os terrenos que os guerreiros até aí haviam capturado pelas armas¹¹.

Desde a década de 80 do século XI que encontramos seis áreas de expansão urbana todas localizadas em volta da água fazendo dela inequívoco factor de povoamento¹². Nas ditas áreas encontram-se os hortos e almuinhas onde cresciam, profusamente irrigadas, as culturas mais viçosas. É essa a razão que leva o geógrafo árabe Edricí, logo no século XII, a descrever Coimbra como uma cidade “rica em vinhedos e pomares de macieiras, cerejeiras e ameixoeiras”¹³.

A maior, e talvez a mais antiga daquelas áreas de expansão, localizava-se junto ao rio, na margem direita, no Arnado, embora as referências aos espaços postos em cultivo pelos muçulmanos sejam também mencionados logo no século XI.

A 17 de Dezembro de 1083, a recém-restaurada catedral de Coimbra faz uma das suas primeiras aquisições no “novo” espaço. Compra por 30 soldos de prata a Maria *Eriz* e filhos um horto e respectivo poço no Arnado *super flumine Mondeci*¹⁴. Porém, a Sé detinha já propriedades na outra margem – *ultra Mondecum flumine*. Faziam parte de um munificente conjunto de bens abandonados (*heremos*) que D. Sesnando havia doado ao bispo D. Paterno mediante o compromisso de o prelado os cultivar e valorizar o que realmente fizera. Entre as propriedades mencionadas avulta um terreno mimoso, na margem esquerda, que no tempo dos mouros – informa o documento de doação – era conhecido por horto de *Ibn Arropolo*. Esta valiosa propriedade possuía igualmente moinhos e respectivas instalações hídricas, que os faziam movimentar, assim como nascentes de água¹⁵.

¹¹ Sobre a evolução da hidromorfologia urbana, cfr. Jean-Pierre Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen Age*, Rennes, PUR, 2002, p. 57-93.

¹² Jesús Peribáñez Otero e Isabel Álvarez, “El agua como fuente para el estudio de poblamiento” in *El agua en las ciudades castellanas durante la Edad Media. Fuentes para su estudio*. Coordinadora M.^a Isabel del Val Valdivieso, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico da Universidad de Valladolid, 1998 (Val Valdivieso), p. 257-282. Tivemos conhecimento desta valiosa obra através de uma recensão crítica que dela fez, em 1998, o Professor José Marques na *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto, p. 726-727. Agradecemos penhoradamente ao Sr. Professor a gentileza de nos ter permitido a consulta daquela importante colectânea de estudos.

¹³ *Edricí*. Transcrição e Tradução de David Lopes in *Nomes árabes de terras portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes. Publicação comemorativa do centenário de David Lopes, 1968, p. 135.

¹⁴ *L. P.*, doc. 312.

¹⁵ Cfr. *L. P.*, doc. 21 de 1 de Março de 1088.

Outra área de expansão agrícola detida e fomentada pela Sé localizava-se igualmente no subúrbio, a leste da cidade, junto à Porta do Sol.

Em Janeiro de 1087 a catedral celebra com Aires *Todoreiz* carta de complantação de um terreno situado *extra murum ad Portam Solis*. Porém, não se trata de um terreno qualquer. O diploma em apreço localiza-o cuidadosamente (porque da localização dependia o seu alto valor), acrescentando que o mesmo ficava *juxta cursum aquae*¹⁶. Alfredo Fernandes Martins identificou esta linha de água explicando que se tratava de um ribeiro que rompia o seu caminho num vale inciso a norte da colina urbana¹⁷.

Os diplomas do século XI mencionam outra riquíssima zona agrícola. A abundância da água neste arrabalde da cidade patenteia-se no próprio nome árabe que, naquela época, era dado ao lugar – *Algeara*¹⁸. Realmente, o vale da Conchada, onde corre o *arrogio* de Coselhas, é uma verdadeira várzea como o citado topónimo árabe significa. O lugar era então um dos subúrbios agrícolas mais prezados. Ali se cultivavam vinhas, pomares e se exploravam almuinhas¹⁹. No século XVI Inácio de Moraes descreve-o fascinado: “Os do sítio chamam-lhe Coselhas: por toda a parte cachoa a água fazendo a região fértil em tudo porque numa grande extensão os pomares reverdecem e frutificam em brilhantes culturas”²⁰.

Num arrabalde mais distante da cidade, na *Villa Mendica*, que entretanto se cobria de vinhedos, a Sé de Coimbra possuía bens já no século XI. Na primeira metade da centúria seguinte continua, através de doações, a apropriar-se de uma área agrícola onde a água estava de igual modo omnipresente.

A 5 de Dezembro de 1131, João *Heiariz* e mulher doam em testamento à Catedral os bens que possuem no citado lugar, ou seja, no actual Calhabé. A doação consta de um terreno irrigado porque, além das respectivas árvores,

¹⁶ L. P., doc. 349.

¹⁷ “A Porta do Sol. Contribuição para o estudo da cerca medieval coimbrã” in *Biblos*, XXVII (1951), p. 343.

¹⁸ Cfr. Maria Teresa Nobre Veloso, “Toponímia árabe da região de Coimbra nos diplomas do Livro Preto” in *SVMMVS PHILOLOGVS NECNON VERBORVM IMPERATOR. Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90.º aniversário*, Lisboa, MMIV, p. 151-162.

¹⁹ L. P., doc. 251 e 385.

²⁰ *Conimbricæ Encomium ab Ignatio Morali editum*, Conimbricæ, apud Joannem Barrerium Typographum Regium, MDLIII, tradução de A. da Rocha Brito in *Coimbra. Colectânea de Estudos organizada pelo Instituto de Coimbra e dedicada à memória do seu consórcio honorário Dr. Augusto Mendes Simões de Castro*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1943, p. 208 e 224.

possuía uma nascente: “*testamus ipsum terrenum cum sua fonte et cum suis arboribus*”²¹.

Longe do centro urbano – em *Alcara* – mas numa zona onde a vinha se estava a expandir já no século XI, a Sé conimbricense entrou em posse, através de doação testamentária, de um terreno que, além de vinha, possuía uma nascente: “*et habet ipsa vinea jacencia prope fonte qui dicitur Alcara*”²².

Dos valiosos espaços agrícolas dominados pela Sé de Coimbra houve um que assumiu excepcional protagonismo durante o século XII. Ficava situado mesmo abaixo da muralha, bem perto da cidade, e a sua riqueza em água era de tal forma notável que aí estavam instalados, pelo menos desde o século XI, os banhos de Coimbra também conhecidos por banhos régios. A sua existência, como aliás outros no país e no estrangeiro, vem erradicar (se ainda houvesse dúvidas) a estulta lenda relativa à propalada falta de higiene em tempos medievos sintetizada na célebre expressão – “*Nul bain pendant mil ans*”.

A demorada presença muçulmana em Coimbra influenciou a construção destas instalações no referido local, as quais, à semelhança do que se passava noutras cidades, do Al Andaluz (cujo exemplo melhor conhecido são os *hammam* de Córdoba), deveriam ser públicas. Porém, os hábitos de higiene em território português não se limitam às cidades. Ao contrário de Paris, cujo funcionamento de banhos públicos só é conhecido em 1268²³, os *Costumes* de Castelo Bom (1188-1236) e de Castelo Rodrigo fixam cuidadosamente as regras de utilização das instalações balneares erradicando modelarmente as tentativas de promiscuidade que os frequentadores quisessem levar a cabo²⁴. Assim, os referidos *Costumes* fixam com rigor os dias em que as mulheres possuem o exclusivo da sua utilização: “*Las mulieres intrent in balneum in die dominico et die martes et in iovis*”²⁵. Aos homens ficavam reservados os restantes.

²¹ L. P., doc. 342.

²² L. P., doc. 388 de 26 de Maio de 1090.

²³ Jean-Pierre Leguay, *L'eau dans la ville au Moyen Age*, p. 236-238.

²⁴ Os banhos eram, em Paris, lugares de prostituição. Cfr. Jean-Pierre Leguay, *ob. cit.*, p. 239-240 e D. Roche, “Le temps de l'eau rare du Moyen Age a l'époque Moderne” in *Annales*, p. 392. Sobre os banhos nas cidades espanholas vd. Julia Ara Gil, “Fuentes iconograficas para el estudio del agua” in Val Valdivieso, p. 178-179. Ver também María Luisa Bueno Domínguez, *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*, Zamora, Semuret, 2001, p. 245-248.

²⁵ Os *Costumes* de Cuenca atribuem às mulheres apenas dois dias semanais para a utilização dos banhos públicos, reservando os restantes para os homens: terças quintas e sábados para os cristãos; sextas e domingos para os judeus. María Luisa Bueno Domínguez, *ob. cit.*, p. 246. Córdoba muçulmana, no período do seu maior esplendor, contava cerca de 700 *hammam*. As mulheres e os homens usavam-nos durante o dia, a horas distintas, não só como prática

Além disso, são previstas multas pesadas e dissuasoras para quem infringir a lei: “*Toto homine qui intraverit in balneum in die de las mulieres de sol a sol pectet I morabitino al conceio*”. A multa aplicada às mulheres infractoras tinha igual valor. O citado *Costume* fixava também a coima devida pelo encarregado do balneário que infringisse a lei: “*Et si el banador homines miserit in balneo in die mulierum pectet I morabitino*”. Porém, às mulheres que desrespeitassem o texto legal seria aplicada uma multa de 2 morabitanos a pagar ao concelho²⁶.

A Catedral conimbricense entrara na posse dos valiosos terrenos²⁷ dos banhos no século XI através de uma doação testamentária que a mãe do alvazil D. Sesnando fizera em benefício daquela Igreja. A 13 de Janeiro de 1110, a Sé de Coimbra concede a D. Artaldo, sob certas condições, um horto situado “*juxta balneum ipsius civitatis*”²⁸. O influente D. Artaldo, a quem a conhecida protecção dos condes D. Teresa e D. Henrique garantia a impunidade, abusou do seu poder (*sua superbia*) e entrou em litígio com a Sé de Coimbra sendo necessário que as partes envolvidas se apresentassem em tribunal (num conselho de nobres) para dirimir a questão. A 31 de Dezembro de 1126 os juízes deliberaram, entre outras coisas, atribuir a D. Artaldo “*integrum ortum sub muro civitatis juxta balneum*”. Porém – continua o diploma em apreço – face à decisão judicial e mediante outras compensações, D. Artaldo renunciou àquele terreno *spontanea mente*²⁹.

Durante o primeiro quartel do século XII, a Sé de Coimbra continuou a deter a primazia no domínio e posse dos melhores espaços agrícolas, em especial nos terrenos onde outrora haviam funcionado os banhos. No entanto, a partir da década de 30 do mesmo século, surgiu um competidor notável – o mosteiro de Santa Cruz.

A 9 de Dezembro de 1130, D. Afonso Henriques doa ao arcediago Telo os banhos no subúrbio de Coimbra. O diploma régio, de que existe ainda o original, precisa a localização dos mesmos afirmando que ficam “*sub arravalde de illis judeis*”. A competência técnica do chanceler de D. Afonso Henriques acrescenta

necessária ao bem estar físico e espiritual, mas também como lugar de convívio. Sobre este assunto, cfr. Susana Calvo Capilla, *Urbanismo en Córdoba islámica*, Córdoba, Edilupa, 2002, p. 61-65.

²⁶ P. M. H. – *Leges et Consuetudines*, I, p. 758-759. Os *Costumes* de Castelo Rodrigo repetem, *mutatis mutandis*, as disposições dos de Castelo Bom.

²⁷ Atente-se nos preços, expressos em moeda de ouro, que no século XII o arcediago Telo e a Sé de Coimbra pagaram pelos terrenos adquiridos neste lugar. Cfr. adiante, notas 31, 35, 36 e 37.

²⁸ L. P., doc. 352.

²⁹ L. P., doc. 409.

outros dados preciosos: os ditos banhos são oferecidos com as respectivas instalações, a saber, a sua fonte (nascente) e *aquae ductum* exactamente como eram – continua o referido chanceler – no tempo do alvazil D. Sesnando³⁰.

Seis meses depois da realização desta escritura, a 29 de Junho de 1131, D. Telo faz testamento em favor da construção do mosteiro de Santa Cruz. Concede, não só o que havia recebido de D. Afonso Henriques, mas também o horto que tinha sido doado à Sé por D. Susana, mãe do alvazil D. Sesnando, e que D. Telo compara à dita Igreja por trinta moedas de ouro³¹. A *Vida* de D. Telo coincide com estas informações e acrescenta ainda que o citado horto, que ficava encostado aos banhos, tinha uma fonte abundantíssima de água. Junto desta - continua a mencionada obra – o arcediago mandou construir um claustro e fez com que a fonte corresse para um *lavatorium*³².

A estes espaços do mosteiro veio acrescentar-se em Setembro de 1137 uma nova e valiosa área agrícola – a almuinha do rei que D. Afonso Henriques doou ao citado mosteiro³³. Em Junho de [1139], os frades obtêm por mandato do dito rei a delimitação da paróquia de Santa Cruz. O citado diploma é profundamente ilustrativo da abundância de água na mencionada zona: o limite sul da referida paróquia era a *RIPA judeorum*. A norte, entre outros limites, é citada a *TORRENTE* dos banhos régios³⁴.

A competição acesa entre as duas instituições religiosas de Coimbra (a Sé e Santa Cruz) pela posse dos terrenos dos banhos régios continua ao longo do século XII.

Em Maio de 1141 a Catedral compra a Pedro Domingues e mulher a fracção que os mesmos possuem na almuinha de *Seguin juxta balneum*. O valor da transacção é expressivo – 6 morabitanos de ouro³⁵. Quatro anos mais tarde, a 29 de Dezembro de 1145, a mesma Sé adquiriu a Paio *Filiol* e família a parte que a cada um pertencia “*de illo balneo cum suis casibus ac suo andamio et suo puteo cum suo andamio*”. A propriedade localiza-se no subúrbio de Coimbra

³⁰ Cfr. *Documentos Medievais Portugueses*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, vol. I, tomo 1 e 2: *Documentos Régios: Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, Lisboa, 1958, doc. 115 (= D. R.).

³¹ Cfr. *Livro Santo de Santa Cruz*. Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade, 1990, doc. 6.

³² *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário Aires A. Nascimento, Lisboa, Colibri, 1998, p. 62-63.

³³ Cfr. D. R., doc. 161.

³⁴ D. R., doc. 172.

³⁵ L. P., doc. 344.

juxta vestram [da Sé] almuinha. O valor da aquisição foi de 4 morabitanos de ouro³⁶.

A Sé adquire em Abril de 1150, por 2 morabitanos, a Sesnando *Seguin* e mulher a parte que lhes coubera num banho casas e poço³⁷. Por esta altura as relações entre a Catedral e o mosteiro crúzio iam-se deteriorando e deixavam adivinhar a violência inaudita a que chegariam³⁸. No final do século, as questões em disputa são já litigadas na Santa Sé como o provam as bulas de Inocêncio III *Pro questionibus* e *Quid scribamus* de 24 de Novembro de 1199³⁹. Antes de 1 de Novembro do ano seguinte enviam-se para Roma os depoimentos de diversas testemunhas ouvidas sobre o litígio entre a Sé e o mosteiro conimbricenses. Do extenso documento salientamos apenas as referências à delimitação das paróquias de Santa Justa e Santa Cruz. Ali se menciona o *rego de balneis* como fronteira entre as duas citadas paróquias⁴⁰.

2. O progresso económico de Coimbra e o avanço do seu repovoamento estão de igual modo ligados ao domínio da força hidráulica e da sua respectiva utilização. Os diplomas mencionam, com relativa frequência, azenhas, moinhos, fontes (nascentes), caneiros, açudes, levadas e poços. Foi na aurora da Idade Média que o moinho de água começou a espalhar-se nos campos do Ocidente. No entanto, foi sobretudo a partir do século XI, devido à pressão demográfica, bem como ao desenvolvimento da metalurgia rural que o aproveitamento da força hidráulica ganhou maior amplitude⁴¹.

Os diplomas do século XI e seguintes, relativos a Coimbra, mencionam não só moinhos e os lugares onde os mesmos se implantavam – *sesegas molinorum* – mas também as azenhas (palavra de origem árabe), dotadas de uma roda horizontal. Os primeiros carecem de obras de certo vulto entre as quais a construção de uma represa que acumule a água do rio e o desvio da mesma, através de um canal, para accionar a roda. As segundas podiam instalar-se na

³⁶ *L. P.*, doc. 247.

³⁷ *L. P.*, doc. 314.

³⁸ Sobre o litígio entre a Sé de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz, cfr. Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 239-254.

³⁹ *Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*. Ed. Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Fernandes Marques, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1989, doc. 67 e 68.

⁴⁰ *Bulário...*, p. 121, *passim*.

⁴¹ Cfr. Lynn White Jr., *Technologie médiévale et transformations sociales*, Paris – La Haye, Mouton, MCMLXIX, p. 104-107.

margem do rio, ou sob os olhos de uma ponte, sem necessidade de construção de um edifício para albergar o mecanismo. Neste caso, porém, as azenhas estavam mais expostas aos prejuízos decorrentes das cheias⁴².

As referências a moinhos que encontramos nos diplomas relativos a Coimbra são expressivas e são a prova da sua importante actividade. Aliás este facto foi registado logo no século XII por Edricí: “Coimbra é uma cidade pequena florescente e bem povoada. (...); o rio Mondego corre do Oriente d’ella e faz mover [muitos] moinhos”⁴³. Mas estas “máquinas” não se destinavam apenas a moer os cereais. Podem também encontrar-se a tirar água do rio para regar os hortos.

A 15 de Março de 1087, o alvazil D. Sesnando doa, entre outros bens, à igreja de S. Miguel que mandara construir na cidade “*illa azenia de Coimbra cum suis molinis et aprestationibus*”⁴⁴. No ano seguinte, a 1 de Março de 1088, o mesmo alvazil confirma ao bispo D. Paterno a doação que outrora lhe havia feito. Entre os diversos bens, a que já fizemos referência, encontrava-se o horto de *Ibn Arropolo cum suis molinis et aquis*⁴⁵. No século XII, a Sé de Coimbra continua a expandir os seus bens assenhoreando-se da água e dos meios da sua utilização.

Em 13 de Abril de 1113 a Catedral recebe da rainha D. Teresa uma azenha em Coimbra situada “*in illo azzud de Mondeco*”, para que aí fizesse *casam molendinis*. Dezasseis anos mais tarde, em Outubro de 1129, a Igreja conimbricense estabelece com Pedro *Eriz*, Énego Gonçalves e suas mulheres um acordo, através do qual lhes concede hereditariamente a exploração de um moinho e seu respectivo abastecimento de água. No mencionado acordo são fixadas regras muito claras: a referida Catedral concede ao citado Pedro e outros a levada de água com sítio para construir um moinho – *aqua cum sua sesega* – cabendo-lhes a construção e manutenção permanente do mesmo e devendo pagar à Sé de Coimbra 1/3 dos rendimentos ali obtidos. Estabelece ainda o citado acordo que, no caso de o moinho ser destruído por invasores *mauri aut aliqua gens*, e os usufrutuários o não quiserem reconstruir, *ipsa sessega remaneat integra* na posse da mencionada Catedral⁴⁶.

⁴² Maria Francisca Represa Fernandez, “Molinos hidráulicos: fuentes documentales y testimonios materiales” in Val Valdevisio, p. 186-189.

⁴³ Cfr. *Nomes árabes de terras portuguesas...* Publicação comemorativa do centenário de David Lopes, p. 135.

⁴⁴ *L. P.*, doc. 19.

⁴⁵ *L. P.*, doc. 21.

⁴⁶ *L. P.*, doc. 549.

3. A Coimbra do Mondego não colheu do rio só progresso e desenvolvimento. Dele recebeu, com frequência, destruição e tristeza. As cheias trouxeram à cidade momentos de profundo dramatismo causado pela subida das águas que alagavam o dédalo viário da Baixa irrompendo impiedosamente pelas habitações⁴⁷. Sob as areias arrastadas anualmente pela água, pereceram os conventos de Santa Ana, S. Francisco e Santa Clara a Velha (na margem esquerda); S. Domingos e a antiga igreja de Santa Justa, na margem direita. A estes devem ainda acrescentar-se os prejuízos que a invasão das águas provocou no mosteiro de Santa Cruz.

A primeira grande cheia que mereceu registo especial ocorreu no dia 18 de Fevereiro de 1331. Tanto o mosteiro crúzio como o de Santa Clara descrevem com precisão os acontecimentos e deixam adivinhar o pavor que especialmente invadiu esta última Casa monástica: “Era de mjl III.ºs LXIX annos – regista o *Livro das Lembranças* de Santa Cruz – foy em Cojmbra a mayor chea que nunca foy depois do diluujo de Noe e quebrou quatro piores da ponte e derribou muyntas casas. E chegou aagua acima da Rua do hospital que sta sob a casa torre em que morava Martim Vaaz de Gooes e hora mora Joham Tobim Cavalleyro”⁴⁸.

Por sua vez, a *Vida e milagres de D. Isabel, rainha de Portugal*, redigida no século XIV, faz um emocionado relato do dito acontecimento. A emoção resulta, não só do pavor sentido ante o imenso caudal do rio, mas também da subversão que aquele causou no novíssimo mosteiro de Santa Clara acabado de construir e onde a Rainha Santa colocara já o seu magnífico túmulo: “E acabada a eigreja do mosteiro e abobeda – escreve-se na citada *Vida* – fez [D. Isabel] poer o moimento que ela já tiinha feito pera sa sepultura em meo da eigreja. E per razom do moimento que era mui grande [...], grande parte da eigreja ficava embargada muito. E em aquel tempo que o moimento na eigreja seia sobreveo ùu deluuiu d’augua em Coimbra [...] que entrou a augua do rio Mondego [...] per aquela eigreja”. E o relato da grande inundação continua, manifestando a incredulidade do seu autor ante as consequências: “E em tanto que non era naquele tempo em memoria dos omões que aquela augua a tal logar

⁴⁷ A investida das águas do Mondego na Baixa pode documentar-se, por exemplo, logo no início do ano de 1915. A 2 de Janeiro a *Gazeta de Coimbra* escrevia: “A água, em algumas ruas, chegou aos primeiros andares, por cujas janelas saíram muitas pessoas. Outras fugiram para cima dos telhados de onde pediam socorro”. *Gazeta de Coimbra*, ano VI, n.º 360 citada por Alfredo Fernandes Martins, *O esforço do homem na Bacia do Mondego*, Coimbra, 1942, p. 92.

⁴⁸ *Anais, Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 96.

veese chegar⁴⁹ nem que aquel rio tam creçudo fosse e foi tanta a augua do rio [em] na eigreja que foi aquel moimento cuberto d’augua”⁵⁰. Então, continua o hagiógrafo, a Rainha observando as consequências da invasão das águas, ordenou a execução de uma capela alta, colocada sobre arcos, no meio da igreja para onde mandou transferir o seu túmulo. Junto do mesmo fez instalar o de sua neta (também chamada D. Isabel) “que ela criara e passara em sa casa”, a 11 de Julho de 1326⁵¹.

Desde esta data que o mosteiro de Santa Clara foi ano a ano imergindo até que o saber e esforço humano o ressuscitou no século XXI.

Na margem direita do rio, a jusante da ponte, num lugar onde em tempos antigos “avia muita frescura de pumares que chamavão o Figueiral, num posto que avia de nome Figueira Velha”, construiu-se em 1227 o mosteiro de S. Domingos⁵². Logo na abertura dos alicerces foram sentidas dificuldades porque na construção da torre da igreja foi encontrada grande abundância de água⁵³. Apesar de naquela época o Mondego “correr fundo e alcantilado”, o mosteiro não escapou à condenação dos seus vizinhos da margem esquerda⁵⁴.

⁴⁹ Quando a Rainha Santa Isabel construiu a igreja do mosteiro, na segunda metade do século XIV, o pavimento do referido templo ficou cerca de três metros superior ao nível da água do Mondego na estiagem. *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do “Correio de Coimbra”*, 1922-1941, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 231.

⁵⁰ “Vida e milagres de D. Isabel, Rainha de Portugal”, texto do século XIV, restituído à sua presumível forma primitiva e acompanhado de notas explicativas por J. J. Nunes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, separata do *Boletim* da Classe de Letras, vol. XIII, p. 1347. A partir de agora citaremos esta obra por *Vida*.

⁵¹ O *Livro das Eras* informa que a infanta, filha de D. Afonso IV e de D. Beatriz, faleceu a 11 de Julho de 1326. (Cfr. *Anais, Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz*, p. 78.

⁵² Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, Lisboa, Giraldo da Vinha, MDCXXIII, p. 137v.

⁵³ No século XVI, Pedro Alvares Nogueira relata a situação que mencionámos, afirmando que só foi possível ultrapassá-la mediante a intervenção miraculosa de S. Paio: “abrindo-se os alicerces pera se fundar esta torre derão os officiaes em agoa e que o mesmo Sam Paio trouxe um feixe de vides que lancou na agoa sobre ho qual se fundou a torre por seu mandado”. *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*. Nova edição. Coordenação de Manuel Augusto Rodrigues. Transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra – Gráfica de Coimbra, 2003, p. 88. A entrada das águas fluviais no mosteiro dominicano, um século depois da sua construção, é inexorável. Cfr. Maria Helena da Cruz Coelho e João da Cunha Matos, “O convento velho de S. Domingos de Coimbra: contributo para a sua história” in *Arquivo Histórico Dominicano Português*, 3(2), 1986.

⁵⁴ Em 1875, a superfície da água do Mondego à ponte na estiagem estava a cerca de 17 m de altitude. Porém, na Idade Média a mesma superfície da água no dito local não deveria exceder 11,4 m. Cfr. Adolfo Loureiro, *Memória sobre o Mondego e barra da Figueira*, Lisboa, 1875, p. 90 e segs.; e António de Vasconcelos, *A Sé Velha de Coimbra*, reed., vol. I, Coimbra, Arquivo

No século XVII, Fr. Luís de Sousa descreve com eloquência a crescente amargura que se apoderou dos monges a quem as enchentes do rio transformavam em naufragos⁵⁵ de Inverno e em vítimas de febres no Verão. As cheias deixavam o convento apaulado, uma vez que somente enxugava a camada superficial da terra “e ficava o interior lançando vapores que causavam graves doenças”⁵⁶.

O abandono do venerando cenóbio foi inevitável. Em 1540 instalou-se na recém-aberta Rua de Santa Sofia⁵⁷.

Além das Casas monásticas, também a ponte de Coimbra foi vítima das águas do rio e especialmente do imparável assoreamento do mesmo. Gente sem escrúpulos buscando o lucro imediato foi, nas palavras de Fr. Luís de Sousa, a causadora deste flagelo: “Chega a cobiça, ou a multidão e necessidade dos homens a não deixar palmo de terra que não rompa. Em tempos muito antigos erão invioláveis as costas e ladeyras que cahião sobre os rios, com medo do que oje se padece, e como cousa sagrada estava o cargo de se guardarem à conta dos melhores do Reyno...”⁵⁸.

A cheia de 18 de Fevereiro de 1331 destruiu quatro pilares da ponte cuja construção se iniciara sob o patrocínio de D. Afonso Henriques dois séculos antes – “*Era MCLXX Alfonsus cepit edificare [...] pontem fluminis Monde juxta eandem urbem*” – e continuara sob o de D. Sancho I⁹. Seguiram-se reconstruções ou renovações de que há notícia: uma efectuou-se no século XV (1457) sob a égide de D. Afonso V.

No reinado de D. João II, a ponte de Coimbra apresentava de novo sinais evidentes de ruína pelo que o monarca, em resposta a uma representação da Câmara desta cidade, ordena em 1488 que se faça uma vistoria para a eventual

da Universidade de Coimbra, 1993, p. 80. Sobre o assoreamento do Mondego em Coimbra, A. Fernandes Martins escreveu: “Calcula-se que o leito actual se elevou acima do álveo do século XII cerca de 11 metros, admitindo-se portanto que, nessa época, a diferença entre o nível da estiagem em Coimbra e o zero hidrográfico da foz era igual a cerca de 6,5 m, enquanto hoje é de 17,35 m”. Cfr. *O esforço do homem na Bacia do Mondego*, p. 86.

⁵⁵ Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, p. 137v.-138.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 144.

⁵⁷ A rua da Sofia iniciou-se no tempo de Frei Brás de Braga em 1535. Sobre a importância e simbolismo deste eixo viário de Coimbra cfr. António de Oliveira, “Encantos de Sofia: para a História de uma rua de Coimbra” in *Pedaços de História local*, vol. I, Coimbra, Palimage, 2010, p. 177-203.

⁵⁸ *História de S. Domingos*, p. 143v.

⁵⁹ *Chronica Gothorum* in P. M. H., *Scriptores*, p. 12. Em Outubro de 1210, D. Sancho I doa no seu testamento “*ponti Colimbrie*” mil morabitinos. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Edição de P.º Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1979, p. 298.

correção dos danos causados. É, porém, com D. Manuel I que se investe seriamente na travessia do Mondego. O monarca ordena, em 1504, a construção de uma magnífica ponte – a ponte nova – nas palavras de Fr. Luís de Sousa, que estava concluída em 1513: “E affirmão que foy directamente fundada sobre a antiga [...]. E com a podermos chamar nova vay fazendo já bom testemunho ao que dizemos. Porque acontece em algũus dos arcos terem estreita e trabalhosa passagem os mesmos barcos que poucos annos atras passavão folgadamente à vela”⁶⁰.

No verão de 1873 demoliu-se a ponte de Coimbra que foi de novo aberta ao trânsito no dia 8 de Maio de 1875. A obra impressionava pela falta de qualidade estética. Por isso, António de Vasconcelos qualifica-a de “horrrível gaiola de ferro parecendo uma enorme e monstruosa jaula”⁶¹.

Além da água do “creçudo” Mondego, a Baixa da cidade teve de enfrentar outras inundações – as provocadas por pequenos ribeiros a que os documentos medievais fazem referência.

Um dos mais citados é a *Ribela*. Trata-se de uma linha de água que descia (e desce) de uma altitude próxima de 150 m, no seu limite oriental, atingindo o declive médio, desde esta altitude até Santa Cruz, cerca de 6%. A dita linha de água (actualmente canalizada) irrigava o horto dos monges crúzios e o volume do caudal que então possuía era tão expressivo que justificava o hidrónimo dado ao seu limite sul – *RIPA*. Este nome, que significa margem, está sempre na vizinhança de um rio ou do mar⁶².

As inundações que afectavam (e podem ainda afectar) o mosteiro de Santa Cruz são provocadas em grande parte por esta linha de água. Quando há ocorrência de chuva muito forte e “com a ajuda de algum elemento de origem humana” como a falta de limpeza, a inundação poderá ser expressiva causando danos graves no passado⁶³.

⁶⁰ *História de S. Domingos*, p. 143v.

⁶¹ “A velha ponte de Coimbra” in *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do “Correio de Coimbra”*, p. 234. Actualmente, o Mondego possui em Coimbra cinco travessias: a do caminho-de-ferro, construída no século XIX, mas totalmente renovada e electrificada na segunda metade do século XX. Deste mesmo século datam as pontes de S.^{ta} Clara e a do açude. As mais recentes são a ponte pedonal (no parque verde) e a chamada Ponte Europa, posteriormente rebatizada de Ponte Rainha Santa, ambas do XXI.

⁶² Cfr. J. M. Piel “As águas na toponímia galego-portuguesa” in *Boletim de Filologia*, Tomo VIII, fas. 4, (1947), p. 337.

⁶³ Cfr. Fernando Rebelo, *Riscos naturais e acção antrópica. Estudos e reflexões*, 2.^a edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2003, p. 233.

O *Livro das Eras* de Santa Cruz regista que, a 24 de Novembro de 1380, “veo hum torvom de agoa e de pedras que eram tamanhas como a cabeça dum cam e outras como ovos de pata e outras como punhos”. Informa ainda o citado registo que a chuvada “durou enquanto disserom hua Salve Regina cantada”⁶⁴.

Pode ainda chegar a Santa Cruz a água proveniente da torrente da Sé Velha, que se dirige para norte pela actual Rua Visconde da Luz, e que juntando-se à que desce da Rua das Figueirinhas irrompe na Praça 8 de Maio frente à dita igreja⁶⁵.

Em 1411 a quantidade de água foi em tal abundância que entrou na referida Casa monástica inundando a livraria que então se guardava no claustro baixo o que, segundo relata Jorge Cardoso, fez desaparecer vários documentos entre os quais se achava a vida de Pedro Nunes, confessor da rainha D. Urraca, esposa de D. Afonso II⁶⁶. É esta a razão pela qual no século XVI era preciso subir quatro degraus para aceder ao templo. Posteriormente passaram a descer-se sete. O novo arranjo urbanístico, apesar da moderna rede de esgotos, não impede que a igreja seja inundada, visto que está ligeiramente protegida apenas por dois degraus⁶⁷.

4. O excesso de água na baixa da cidade de onde, como escreveu Fr. Luís de Sousa, nem a secura do Verão a fazia desaparecer, trouxe gravosas consequências para a saúde pública que a persistência das febres palúdicas documenta. É essa a razão que justifica que se tenham construído em Coimbra pelo menos duas capelas em honra de celestes protectores da doença. A mais antiga, datando pelo menos do início do século XVI, ficava situada ao fundo da antiga (hoje parcialmente desaparecida) Rua da Figueira Velha, num largo com bastantes árvores, na vizinhança do primitivo mosteiro Dominicano – era o Santo Cristo do Arnado. A imagem do Senhor crucificado albergava-se sob um alpendre circular sustentado por quatro colunas e ao qual se acedia por seis degraus. O dito alpendre ostentava, de um lado, as armas reais e do outro as de S. Domingos⁶⁸. Na outra capela, construída no século XVIII, venerava-se expressivamente o Senhor das Maleitas, invocação que documenta ainda no referido século, a existência de paludismo em Coimbra. Situava-se, *grosso modo*, junto da actual praça João Paulo II na vizinhança do aqueduto de

⁶⁴ *Anais, Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz*, p. 86 e 95.

⁶⁵ Fernando Rebelo, *ob. cit.*, p. 231-233.

⁶⁶ Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano*, I, Lisboa, Officina Craesbeekiana, 1652, nota à festividade de 16 de Janeiro.

⁶⁷ Fernando Rebelo, *ob. cit.*, p. 236.

⁶⁸ F. A. Martins de Carvalho, *Portas e arcos de Coimbra*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1942, p. 2, nota 1.

S. Sebastião. Ali “morava” um delicado crucifixo manuelino, talhado em pedra, e pela descrição que dele faz António de Vasconcelos julgamos poder identificá-lo com o mesmo que havia estado junto ao rio, no Arnado⁶⁹.

Além das febres, a população coimbrã, à semelhança do que ocorria no resto da Europa⁷⁰, sofreu durante a Idade Média (e séculos posteriores) com a falta de qualidade da água que bebia. Esta provinha do rio, ainda em finais do século XIX, de onde o “serviço de abastecimento doméstico” à cidade era protagonizado por raparigas com os típicos cântaros de barro dotados de asas, testo e pucarinho – o asado⁷¹.

Os relatos dos milagres dos santos protectores de Coimbra – a Rainha Santa e os Mártires de Marrocos – coincidem na cura de doentes graves, afectados por patologias causadas pela falta de qualidade da água que bebiam, e a quem os médicos haviam feito perder qualquer esperança de recuperação.

Um dos primeiros milagres de D. Isabel, relatado pela sua *Vida* e atestado pelo tabelião de Coimbra, conta-nos a cura operada numa mulher de S. Fipo (c. Condeixa). O quadro clínico ali apresentado é verosímil: “A dita mulher – relata o hagiógrafo – era amarela e seca per razom do nojo e dano que recebia em tragendo aquela samexuga, e muitos mestres de Física e outros com seu saber e ciencia pera a tirarem e nom poderom”. Transportada, em desespero de causa, por familiares e amigos até ao túmulo da Rainha Santa, que ali fora depositada há trinta dias, (note-se que o milagre ocorre em Agosto mês crítico no que toca à qualidade da água), a doente “começou a dizer mui fracamente que

⁶⁹ O delicado crucifixo foi salvo do abandono a que fora votada a capela do Senhor das Maleitas pelo pai de António de Vasconcelos em 1850. Cfr. *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do “Correio de Coimbra”*, p. 129-132.

⁷⁰ O volume da ingestão diária de vinho, mesmo entre as crianças, justifica-se pelo medo de beber água contaminada. D. Roche, “Le temps de l’eau rare du Moyen Age à l’époque moderne” in *Annales*, 39, n.º 2, 1984, especialmente, p. 394-395 e Jean-Pierre Leguay, *L’eau dans la ville au Moyen Age*, p. 216. Em Portugal, ainda nos fins do século XIX, este receio da ingestão de água contaminada patenteia-se, de modo muito evidente, nas tradições populares: “Água correnteia, / Não faças mal à minha barriga, / Nem de noite nem de dia, / Padre-nosso, Avé Maria”. Em Vila Alva (Alentejo) era *vox populi* que morreria de dores de barriga a pessoa que bebesse água sem primeiro rezar um Padre-Nosso e uma Avé Maria. Vid. J. Maria Adrião, “Tradições populares do Cadaval” in *Revista Lusitana*, VI, (1900-1901), p. 103 e 126 respectivamente.

⁷¹ *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do “Correio de Coimbra”*, p. 233. “Tanto na cidade alta como na baixa – escreve o referido autor – as famílias não se dispensavam de ter os seus potes cheios de água do rio, muito preferível, para beber, à dos chafarizes que em geral só se usava para lavagens”. O transporte sistemático da água dos rios para as habitações deu origem ao fabrico de características vasilhas de barro (especialmente os cântaros). Ver o que sobre este tema escreveu Olatiz Villanueva Zubizarreta, “Testemonios arqueologicos para el estudio del agua” in Val Valdivieso, p. 125-146, especialmente p. 136.

nos beijos tinha aquela samexuga [...] e logo em aquela ora, presentes todos, viram-na sair aquela samexuga per ùa venta dos narizes e caer em na terra”⁷².

Entre os milagres dos Mártires de Marrocos, salientamos o relato da cura de um cônego do mosteiro de Santa Cruz que foi salvo *in extremis* de uma hemorragia imparável no momento em que “lançou hũa sanjonga muy grande pela venta sestra”⁷³.

Além da ingestão de sanguessugas, e outros parasitas, a população do Baixo Mondego tomava contacto com os hirudíneos também pela via externa. A “estória” relatada em *Scriptores*, que descreve a morte ignominiosa de Martim Anes no “pego das bichas” cerca de Montemor-o-Velho, é suficientemente ilustrativa. O facto ocorre durante a guerra civil entre D. Afonso II e suas irmãs que resistiam ao monarca no castelo da dita vila. O dramatismo do relato é tão intenso que seduziu Eça de Queiroz que o tornou conhecido immortalizando-o no seu romance “A ilustre Casa de Ramires”⁷⁴.

5. O advento da Idade Moderna trouxe às cidades novas exigências no que toca ao urbanismo. O crescente número de população obrigou a novo alargamento das muralhas, novos arruamentos e principalmente a novas soluções para abastecer a cidade de água potável. Os custos desta operação eram elevadíssimos e por esse motivo coube aos grandes senhores e aos concelhos o financiamento da execução das redes de abastecimento e da construção de grandes chafarizes onde se dessedentassem homens e animais⁷⁵.

⁷² *Vida e milagres de D. Isabel*, p. 1373-1374. Outra cura semelhante é operada num homem de Évora que trazia uma sanguessuga na garganta há quinze dias. *Ibidem*, p. 1381.

⁷³ “Livro das Eras” in *Anais, Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz*, p. 87. Sobre a popularidade da devoção aos Mártires de Marrocos como intercessores celestes em tempo de peste, cfr. Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Urraca e D. Beatriz construtoras da paz, 1187-1220 e 1244-1303(?)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011, p. 36-40.

⁷⁴ Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 82-123, especialmente, p. 116. Como é sobejamente conhecido, D. Martim Anes não foi vítima de morte tão ignominiosa. Alexandre Herculano, ao referir-se ao mencionado episódio, designa-o por “anedota guerreira”. Cfr. *História de Portugal*, tomo II. Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 231 e 592. Ver também *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, I, Olisipone, Typis Academicis, 1856, p. 201.

⁷⁵ Juan A. Bonachía Hernando, “El agua en la documentación municipal: Los “Libros de Actas” in Val Valdivieso, p. 41-70, especialmente, p. 61-65. Ver também, José Sérgio Velloso d’Andrade, *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1851, reprodução fac-simile, Arquivo Histórico, Epal, 2008.

Em Portugal, em Braga, coubera durante séculos aos arcebispos primazes, que eram de direito e de facto os senhores da cidade, o aprovisionamento de água à urbe. No século XV, em 1402, com a primeira incorporação da cidade arquiepiscopal na jurisdição régia, os arcebispos deixaram de legalmente ser obrigados a proceder às obras de distribuição de água. Aquelas caberiam doravante ao município. Porém, como facilmente se entenderá, o concelho não tinha dinheiro visto que o prolongado conflito com Castela tinha exaurido as finanças públicas. Em breve, foi sentida a falta de água. O regresso ao normal abastecimento só foi possível graças à acção e ao prestígio do arcebispo D. Fernando da Guerra⁷⁶.

Na primeira metade do século XV assiste-se em Coimbra a uma empenhada tentativa de trazer a água do subúrbio para a cidade. A solução era difícil não só pelas questões técnicas que exigia, mas principalmente pelos protagonistas envolvidos na disputa pela posse da água facto que de imediato a transformou numa verdadeira guerra. O litígio, que vem eloquentemente relatado no *Livro das Lembranças de Santa Cruz*, simboliza uma época em que os poderes civil e religioso disputam a primazia.

O infante D. Pedro era então duque de Coimbra. O alcaide da cidade, naquela mesma época, era Lopo Vasques, comendador da Ordem de Avis, homem poderosíssimo e detentor de inúmeros cavalos. Verificando D. Lopo a dificuldade enorme em satisfazer de água tantos animais, planeou construir um chafariz num lugar próximo do castelo onde habitava – os actuais Arcos de Jardim. O fornecimento da água só poderia vir de um lugar – de Santa Cruz, da Fonte Nova, como lhe chama o relato que estamos a seguir, e que não é outra senão aquela que no século XII a *Vida* de D. Telo afirma possuir água abundantíssima e na qual o arcediogo mandara construir um lavatório⁷⁷.

O problema técnico que implicava a condução da água de um plano mais baixo para um mais alto (como é o caso) foi rapidamente ultrapassado mediante os bons serviços e direcção “científica” do tabelião Pedro Afonso que, devido à sua apetência para os trabalhos hidráulicos, era conhecido por Pedro das Águas. Na verdade, o tabelião que apresentava no seu “*curriculum*” a proeza de ter construído duas azenhas em Coselhas “omde nunca foram fectas”, ficou tão entusiasmado com a intenção do alcaide que afirmou ser capaz,

⁷⁶ José Marques, “D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga no segundo quartel do século XV” in *Minia*, 2.^a série, ano III, n.º 4 (1980), p. 127-138.

⁷⁷ *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo*, p. 62-63: “fontem aquam habentem larguissimum, juxta quem ordinavit fieri claustrum, ut in ipsum fons decurreret lavatorium”.

não só de trazer a água da Fonte Nova para o lugar pretendido (ao fundo da actual Calçada Martim de Freitas), mas também levá-la mais longe e mais alta – à Sé⁷⁸.

O plano que relatamos contava, não só com a plena anuência do infante D. Pedro, mas também com a do concelho de Coimbra. Havia porém um grande obstáculo que era preciso vencer – o senhorio do mosteiro crúzio sobre a dita fonte que, por direito, lhe pertencia desde o século XII. Estavam lançados os dados para o início da guerra da água.

O prior dos crúzios, D. Gonçalo, utilizou todos os argumentos para desmobilizar Lopo Vasques de “invadir” o manancial: implorou até à exaustão, recorreu às leis em vigor e aos letrados mais competentes para defender os direitos do mosteiro, montou (como hoje diríamos) uma campanha publicitária para manipular a opinião pública de onde não faltavam ameaças temíveis de castigos celestes... Tudo em vão. O mosteiro iria ser coagido a partilhar a água que afirmava ser imprescindível para abastecer a cozinha do prelado, a adega, a cozinha dos cónegos e “hum chafariz omde bevem as azemallas”.

Esgotados os recursos legais, onde se inclui uma audiência solicitada ao rei D. João I mas cujos resultados não foram do agrado do prior, seguiu-se a intimidação junto dos populares. Pela teatralidade que aquela envolve vale a pena recordá-la aqui.

Quando o prior de Santa Cruz tomou conhecimento da decisão do alcaide de Coimbra relativa à utilização da Fonte Nova, sem que para tal o mosteiro fosse citado nem demandado, respondeu que jamais autorizaria o desvio da água do dito manancial nem que “o sarrazem per meeyo” uma vez que “sem esta agua em nemhum modo este moesteiro nom pode ser governado”. A este argumento do prior respondeu D. Pedro e o concelho de Coimbra que “fizesse poços”. Mas D. Gonçalo insistia tão veemente na defesa dos direitos da sua instituição que o infante, “veendose asy tanto afadigado do prior”, deslocou-se ao mosteiro para observar *in loco* “em que cantidade vinha [a agua] omde ella <0> primeiro uem a este mosteiro aa cozinha do prellado”. Porém, “nom deliberou se era mujta se pouca”. No entanto, como o poder civil se mostrava inflexível aos argumentos do prior “elle per muitas vezes se viinha amte o altar da Vera Cruz e dizia altamente que o ouviam com os giolhos em terra e as mãaos alevantadas e com grande devaçom que tamanho mal como este lhe ouvesse

⁷⁸ Em época posterior, a Catedral passou a usufruir de um chafariz. Num desenho da Sé, feito cerca de 1755, pode ver-se adossado ao muro que rodeia a fachada ocidental do templo o dito chafariz que persiste ainda em 1870, 1890 e 1902 embora nesta última data se ache muito modificado. As gravuras a que fazemos referência foram publicadas por António de Vasconcelos, *A Sé Velha de Coimbra*, vol. I (reed.), p. 63 e gravuras IV, V e VI respectivamente.

algum remedio”. Às veementes preces, o Crúzio juntou outra diligência mais activa: avistou-se com o Cabido da Sé pedindo-lhe que intercedesse a Deus nas suas orações em favor da manutenção do mosteiro na posse integral da água. O Cabido anuiu à solicitação do prior visto que, além de celebrar uma missa solene, decidiu alertar e convocar a população inteira da cidade “tangendo os sinos todos da torre”. Em seguida, veio rezar um responso a Santa Cruz sobre os túmulos dos reis fundadores do mosteiro que aqui estão sepultados.

Face à curiosidade popular que ouvindo tocar a finados perguntava quem tinha falecido, os monges respondiam que os sinos “tamgiam por os Rex”. O alcaide Lopo Vasques longe de ficar impressionado com estas “manobras” comentou pragmática e secamente: -“leixaaos vós andar com os rex mortos e nós andamos com rex vivos que mais podem”.

Logo de imediato, as vinhas dos crúzios foram invadidas por um enxame de trabalhadores que cavavam e abriam uma grande vala. A tarefa avançava a bom ritmo porque a água da Fonte Nova vinha já próxima do seu destino – a Eira das Patas. Sem desistir, o prior de Santa Cruz antecipadamente aconselhado pelos seus letrados, decide utilizar mais um estratagemas contra a invasão da Fonte Nova: dirigir-se secretamente às obras levando consigo apenas clérigos (cónegos e frades confessos), uma vez que só eles usufruíam de imunidade, e destruir o trabalho já realizado. O alcaide prevendo a reacção dos crúzios mandara, entretanto, colocar “escuitas em no muro [do mosteiro]”. Avisado do dia e da hora da diligência dos monges, mandou tocar a rebate os sinos de S. Pedro e S. Salvador reunindo uma multidão que juntamente com escudeiros armados da casa de Lopo Vasques se apresentou, de surpresa, “arredor dos vallos e arredor dos portaaes onde he a fonte”. Quando os frades surgiram já tudo estava cercado e os escudeiros armados do alcaide, fazendo frente aos crúzios, não deixaram qualquer deles entrar.

Lopo Vasques não contava porém com a persistência dos monges. No dia seguinte aos acontecimentos relatados, quando o alcaide estava à mesa, saíram os cónegos “com trigamça” e, cada um munido de sua enxada, dirigiram-se à Ribela e “atupiiram a valla toda”.

O alcaide de Coimbra, indignado com tanta ousadia, escreveu de imediato ao infante D. Pedro, que naquele momento estava ausente na corte, dando-lhe conhecimento do incidente e pedindo-lhe que se dignasse interceder junto de D. João I no sentido de conseguir “hũa pena grave d’El Rey pera o prior que corregese a valla em o ponto que elle estava”.

O desfecho deste litígio (que pela vital importância que representava para a cidade e para os poderes urbanos ameaçava eternizar-se), foi inesperado e dramático. Logo a seguir a estes incidentes, cuja violência ia aumentando,

Rui Lopes, o jovem e garboso filho do alcaide de Coimbra, foi tomar banho ao rio (tendo o cuidado de levar consigo dois escudeiros de seu pai). Porém, inexplicavelmente, “em hũa agua que nom dava per o gyolho” morreu sem que os escudeiros lhe pudessem acudir.

Profundamente atingido pela morte absurda de seu filho, Lopo Vasques julga ver na mesma o castigo enviado pelo Céu para punir a ousadia que tivera em disputar a água ao mosteiro de Santa Cruz. Foi entre abundantes lágrimas, completamente aniquilado, que pediu perdão ao prior rogando-lhe que celebrasse as exéquias do jovem defunto. E foi assim – continua o texto do *Livro das Lembranças* que temos vindo a seguir – que a Fonte Nova “quedou que nunca nemhũa pessoa mais em ella falou nem o infante nem o Concelho”.

Pedro Afonso, chamado das Águas, o executor das obras hidráulicas, também não ficou impune. Foi fulminado, de noite, por morte súbita enquanto dormia “sem levar nemhuum sacramento da Santa Igreja e asy morreo ab intestado”⁷⁹.

Conclusão

A existência de água determina a fixação e (re)povoamento do território. Em Coimbra, os diplomas medievais permitem acompanhar a expansão do núcleo urbano, o cuidado e o zelo posto pelas instituições eclesiásticas no domínio e posse dos recursos hídricos. Apropriam-se dos terrenos junto ao rio e outras linhas de água: umas mais volumosas, como a torrente dos banhos, outras mais humildes, como o arroio de Coselhas ou o regato da Porta do Sol. De igual modo, estendem progressivamente a sua posse aos terrenos dotados de nascentes que permitem irrigar as culturas. Além disso, podemos também observar o cuidado posto pelas mesmas instituições religiosas no incentivo à proliferação dos meios técnicos, uns mais simples como as azenhas, outros mais complexos como os moinhos, que permitem tirar partido da força motriz da água libertando esforço humano para outras tarefas.

A água, porém, não ofereceu a Coimbra só progresso e doce frescura. O rio tornou-se muitas vezes uma perigosa ameaça irrompendo furioso pelos templos e pelas casas; e alagando os campos durante muito tempo, deixava atrás de si um cenário de destruição e tristeza. Nem depois da retirada das águas estas abandonavam por completo os lugares. A sua persistência em certas zonas,

⁷⁹ Os acontecimentos descritos foram de tal forma marcantes que são relatados duas vezes, *mutatis mutandis*, no *Livro das Lembranças*. A primeira ocupa as fls. 12v.-13v.; a segunda as fls. 23v.-25. Cfr. *Anais, Crônicas e memórias avulsas...*, p. 101-103 e 121-123.

mesmo durante o Verão, causava doenças graves entre as quais se evidenciam as maleitas ou febres palúdicas.

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, período em que ocorrem várias transformações, observamos em Coimbra as primeiras tentativas de mudança na primazia pelo domínio da água.

O poder civil, cada vez mais consolidado, disputa firmemente ao poder religioso o domínio e controlo do abastecimento de água à cidade procurando transformá-la num bem público à disposição de todos. Este plano não se realizou sem grande agitação e sem um aceso litúrgico em breve transformado numa verdadeira guerra pela posse da água. O conflito, que ganhou contornos rocambolescos, terminou dramaticamente de modo abrupto, fazendo cessar os planos para destituir o mosteiro de Santa Cruz da exclusividade de uma das principais fontes abastecedoras de água que detinha, de direito e de facto, há cerca de três séculos.

Recebido em/Text submitted on: 17/04/12

Aceite em/Approved on: 15/05/12